

O desafio político do crescimento

Economia - Brasil

Acarga tributária só cairá quando o governo for capaz de cortar seus gastos. Será inútil protestar contra o excesso de impostos e contribuições, enquanto a despesa obrigatória crescer mais que a economia brasileira. A advertência, formulada pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, encerra um desafio político, o mais difícil desde a vitória contra a hiperinflação.

Boa parte do vigor econômico do País – e de seu potencial de crescimento, portanto – será desperdiçada enquanto esse desafio não for vencido. Os impostos e contribuições pagos pelos brasileiros, direta e indiretamente, são os maiores do mundo em desenvolvimento e superam os de várias economias desenvolvidas. Uma carga que se aproxima dos 40% do Produto Interno Bruto (PIB) reduz o poder de consumo da maior parte dos brasileiros e limita perigosamente o investimento produtivo das empresas.

O problema, segundo os números apresentados por Joaquim Levy, não é a mera voracidade fiscal do governo. Entre 1997 e 2003, a despesa obrigatória do governo central passou de 11,2% para 14,3% do PIB, de acordo com relatório divulgado na sexta-feira. Mesmo que o PIB tivesse crescido 3,5% ao ano, durante esse período, o gasto obrigatório ainda teria aumentado para 13%.

A elevação de tributos tem sido a solução mais fácil, politicamente, para o governo cobrir o gasto cada vez maior e pagar, ao mesmo tempo, uma parte dos juros. Sem esse esforço, a dívida pública teria provavelmente escapado ao controle do Tesouro.

A maior parte do gasto primário, isto é, sem o pagamento de juros, é formada por itens obrigatórios e dificilmente comprimíveis.

Esse conjunto inclui, além da folha de salários e de encargos sociais, os benefícios previdenciários e os compromissos das áreas de educação e saúde. Para tudo isso há verbas carimbadas legalmente. Além do mais, da receita total o governo deduz, antes de mais nada, as parcelas destinadas a Estados, municípios e regiões.

Sem o aumento da carga, teria sido impossível a obtenção do superávit primário indispensável ao pagamento de juros. Mesmo com a elevação dos impostos e contribuições, o governo ainda tem de podar uma parte do gasto federal. Cortes significativos têm ocorrido quase exclusivamente na chamada parte livre do Orçamento federal.



O ajuste, portanto, vem sendo feito, há muitos anos, na parcela que o governo poderia usar para investimentos na infra-estrutura.

Nem a conservação de estradas tem sido feita e o resultado é a formação de gargalos que podem estrangular a atividade econômica. Se houve alguma expansão do investimento público em 2004, foi graças, principalmente, à ex-

pansão da carga tributária. Em contrapartida, o potencial de expansão das empresas continuou prejudicado pela sangria fiscal.

O debate sobre a desoneração do investimento produtivo torna mais evidente a urgência de uma reforma das finanças públicas. Para atender a novas despesas de pessoal e ao pagamento de mais um esqueleto da Previdência, o governo decidiu ir mais devagar na redução dos impostos sobre máquinas e equipamentos.

Mesmo assim, a decisão sobre como reduzir a carga sobre o investimento privado continua emperrada. É urgente, no entanto, abrir espaço para que as empresas possam reequipar-se e aumentar seu potencial

produtivo, para que o País possa manter ao mesmo tempo a exportação crescente e a ampliação da demanda interna.

A análise divulgada pelo Tesouro não deixa dúvidas quanto ao caminho que se tem de seguir. Nesta altura, ou se enfrenta o desafio político de reformar o Orçamento, cortar o gasto corrente e criar espaço para atender às necessidades da produção,

ou o crescimento econômico será ameaçado por novos gargalos e por novos desajustes e pressões inflacionárias.

O gasto do governo tornou-se um entrave à expansão da economia

O problema não se resolverá com a mera disposição de gastar mais e tributar menos. Uma solução realista envolverá, entre outros passos, uma contenção muito mais severa do custeio do governo e uma reforma que torne o Orçamento mais flexível e mais administrável. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vem tentando reabrir o debate sobre as vinculações orçamentárias. Não se pode continuar adiando essa mudança.